



Jornal do Sintaema

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

1917

O SINTAEMA É FILIADO À



Gestão Juntos na Luta 2015 / 2019

www.sintaemasp.org.br

Ano: 28 - nº 867 - 23 de outubro a 12 de novembro de 2017

Atos na Alesp

Em defesa das estatais, em defesa do funcionalismo público

Em defesa dos serviços públicos de qualidade, de seus trabalhadores e contra as privatizações das estatais o Sintaema se reuniu em dois momentos com demais entidades representativas no encontro das centrais sindicais, na Assembleia Legislativa de São Paulo, na manhã e tarde do dia 17 de outubro



Leia na página 3

Editorial

Os analfabetos convenientes vendem o Brasil

Que continuemos a nos omitir da política é tudo o que os malfeitores da vida pública mais querem.



BERTOLD BRECHT

Leia na página 2

AINDA NESTA EDIÇÃO:

**Medida do governo
Temer coloca
em risco combate ao
trabalho escravo**

4

**Ato em defesa do funcionalismo público
dia 27/10 - 16h
Av. Paulista, nº 2163
(Em frente ao escritório
da Presidência da República)**

Os analfabetos convenientes vendem o Brasil

Analfabetos convenientes, petróleo imperial e cândidas candidaturas avulsas

***Roberto Requião**

Talvez estejamos vivendo hoje um dos momentos mais sombrios da história pátria.

Contraditoriamente, nesse tempo em que a celeridade e a universalidade da informação rompem e desvelam qualquer fronteira, nesse tempo assistimos ao esplendor da ignorância, da desinformação e do obscurantismo.

Talvez fosse assim o tempo todo, mas a restrição e elitização dos meios de comunicação impedissem que o distinto público se fizesse ouvir além dos círculos que frequentava.

A internet destaramelou a língua e destravou a inibição de dezenas de milhares de brasileiros.

É livre falar, é só falar, diria Millôr Fernandes.

E o que se fala?

Umberto Eco, irritadíssimo com o que lia na internet, disse que as redes sociais haviam dado voz a uma legião de imbecis.

No entanto, pelo menos no que toca o caso brasileiro, não é bem assim; quer dizer, não foi apenas a um grupo de iletrados, gente grosseira e brutalhada que as redes sociais deram voz e visibilidade.

O analfabetismo político não é um privilégio daqueles supostamente incultos, rústicos. Ou dos leitores da Folha de S. Paulo que opinam com desinibição notável sobre qualquer assunto, do futebol à política, atropelando pelo caminho as relações internacionais, a cultura, a religião e a filosofia.

O analfabetismo político, nesses dias tão trevosos da história pátria, dá os ares de sua desgraça no Parlamento, no Executivo, no Judiciário, no Ministério Público, na Academia, nas Igrejas, nas ditas altas rodas da dita alta sociedade.

E claro, entroniza-se com fanfarras e foguetório nas redações de nossa gloriosa mídia, notadamente a mídia comercial e monopolista.

(Deixei de lado os economistas de mercado, os comentaristas da Globonews e da CBN porque quero bem a alguns analfabetos e não quero alinhá-los a tal companhia)

Berthold Brecht, com agudeza que o fez um dos mais reverenciados intelectuais do século XX, definiu, para sempre, o que é um analfabeto

político.

Para Brecht, o pior de todos os analfabetos é o analfabeto político, pelo extenso mal que causa à sociedade.

Diariamente, os corredores desta casa e da casa ao lado atulham-se de pessoas assim.

O Brasil à beira da extinção, e os corredores desta casa, as galerias, os nossos gabinetes e as comissões sufocados por reivindicações corporativas. Aumento de vencimentos, ampliação de privilégios, isenções, exceções à regra, criação de castas, licença para o porte de armas, autorização para matar.

O Brasil à beira da extinção e os ocupantes dos assentos desta casa e da casa vizinha voltados para o próprio umbigo, cegos para a realidade das coisas.

Permutam, negociam uma pinguela, uma estrada, uma cisterna, um posto de saúde, uma agência do Banco do Brasil ou da Caixa, a nomeação de apaniguados, de cabos eleitorais, de compadres..... pela soberania nacional.

Que se lhes dá, desde que lucrem pixulecos, uma changa, uma peita, uma molhadura?

Para o analfabeto político, pouco importa se vendem as nossas terras e as nossas florestas.

Se entregam todo nosso petróleo no próximo dia 27 de outubro e o resto das nossas riquezas minerais até o final ano.

Se arrasam o parque industrial brasileiro.

Se fecham toda Indústria de Defesa.

Se, sob os aplausos da mídia venal, leiloam as hidrelétricas a preços de pipoca, entregando-as (pasmem, ó analfabetos privatizantes!) para empresas controladas pelo Estado francês, chinês e italiano.

Que se dá a eles, esses analfabetos, se os gastos públicos são congelados por inacreditáveis vinte anos.

Se provocam a contração da economia e depois comemoram a queda da inflação e a redução dos juros.

Se liquidam direitos e pulverizam conquistas.

O Brasil à beira da extinção como Nação soberana, e os analfabetos políticos, no Judi-

ciário, no Ministério Público e na Polícia Federal, do Tribunal de Contas da União, da Defensoria Pública Federal com a cabeça enterrada na areia de um suposto combate messiânico à corrupção.

Esses analfabetos políticos graduados não atilam que a grande corrupção é a entrega do país aos interesses imperiais, sempre a preço vil, sempre sob trâmites suspeitos, sempre promovida por gente suspeita, por gente escolada em todo o tipo de compra e venda.

São ou não são tremendos analfabetos políticos, tapados absolutos o juiz, o procurador, o policial federal, o defensor público, o ministro do TCU, os ministros de tribunais superiores que, por exemplo, veem passivamente, inertes o governo - todo ele atolado em denúncias de corrupção- vendendo o patrimônio público a preços ínfimos com absoluta liberdade de ação?

Ora, senhoras e senhoras justiceiros, queridas e queridos. Será que não ocorre às senhoras e aos senhores que são pessoas que deveriam estar na cadeia que estão à frente da venda das hidrelétricas, do petróleo, dos minérios, de terras, da floresta amazônica, dos portos, aeroportos e estradas? As senhoras e os senhores acreditam que só desta vez eles estão agindo honestamente? Realmente acreditam?

Para mim, esta é a maior prova de que o combate à corrupção é apenas um biombo, um pretexto deslavado para a submissão total, irrestrita do Brasil à globalização imperial.

E pergunto, e faço uma pergunta incômoda: não seriam também corruptos os que fecham os olhos para a liquidação da soberania nacional? Não seriam eles cúmplices dessa falcatura inominável, abjeta?

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos.

Ele não sabe o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio. Depen-

dem das decisões políticas.

O analfabeto político não sabe, não quer saber ou se sabe é conivente, porque é um quinta coluna, um traidor, que a desnacionalização do sistema elétrico e do setor do petróleo, que a privatização da infraestrutura aeroportuária, rodoviária, ferroviária e hidroviária, que a desindustrialização e a primarização da economia brasileira levará o país a se transformar em numa mera sub-província associada das grandes potencias, renunciando para sempre a soberania, a dignidade, o respeito, a autoestima, a honra, o desenvolvimento e a qualidade de vida para sua gente.

Mas.....

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política.

O analfabeto político é tão idiota que se apaixona perdidamente, prontamente pelos políticos que dizem que não são políticos; pelos políticos que também dizem que odeiam a política.

O analfabeto político está sempre pronto para aderir ao primeiro picareta que surja na esquina desfraldando as bandeiras da moralidade, da ética e da política sem partidos.

Os analfabetos políticos adoram os “administradores”, os “técnicos”, os “empresários de sucesso”.

Os analfabetos políticos têm queda por apresentadores de televisão, técnicos de vôlei, procuradores da República, juizes federais, ex-ministros do Supremo que namoram candidaturas à Presidência da República. Especialmente se forem do “partido da Globo”, também chamado de “parti-

do das cândidas candidaturas avulsas”.

E não adianta os trágicos exemplos da história sobre esses salvadores da pátria, esses iluminados, esses apolíticos.

O analfabeto político, em sua ignorância impermeável, ceratinosa está sempre alerta, eternamente vigilante para apoiar até mesmo um Luciano Huck, um Dória ou -quem duvida? - um Alexandre Frota.

Ou a ex-apresentadora da Globo, Valéria Monteiro, que anunciou a pretensão de se candidatar à Presidência da República e que está à procura de quem lhe dê uma legenda e um programa de governo.....

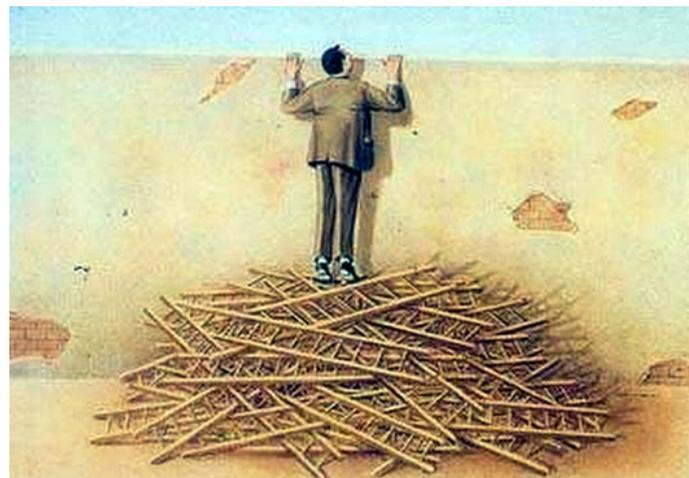
Oh, Deus misericordioso!

Senhoras e senhores, arremato com a parte final do poema de Brecht sobre o analfabeto político:

Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais ou multinacionais.

**Roberto Requião é senador da República no segundo mandato. Foi 3 vezes governador do Paraná, prefeito de Curitiba, secretário de estado, deputado estadual, industrial, agricultor, oficial do Exército Brasileiro, advogado e organizador comunitário. É graduado em direito e jornalismo com pós-graduação em urbanismo e comunicação.*

Fonte: Conversa Afiada



Todos no ato do dia 27 em defesa do funcionalismo público

Sintaema esteve com as centrais sindicais na ALESP em defesa das estatais, dos trabalhadores e contra as privatizações dos serviços públicos. As centrais realizarão ato dia 27



No ato em defesa das estatais e contra a privatização dos serviços públicos, todos foram unânimes na batalha árdua que será enfrentar todas essas ameaças, e que, portanto, é fundamental a manutenção da unidade da classe trabalhadora contra todos os golpes do governo federal e do governo

tucano do Estado de São Paulo.

Além do projeto de terceirização em vigor, que foi um duro golpe para os trabalhadores, a partir de 11 de novembro haverá concretização de outro pesadelo: a reforma trabalhista.

A classe trabalhadora precisará intensificar sua luta, já que é

golpe atrás de golpe. “Vamos nos unir contra o nefasto projeto do governo Alckmin, o PL 920/17, que prevê o limite de gastos públicos por dois anos, ou seja, áreas essenciais serão atingidas com isso, como educação, saúde, saneamento”, disse o presidente do Sintaema, Rene Vicente.

“Esta política neoliberal que tomou conta das três esferas, como no caso de São Paulo, mostra a arquitetura do desmonte a serviço da lógica rentista, do pagamento de juros para o capital financeiro”, finalizou o presidente Rene.

Na segunda audiência, na qual as entidades levantaram as bandeiras em defesa do funcionalismo e dos serviços públicos de qualidade, foi entregue ao colégio de líderes da ALESP uma carta pedindo o direito à negociação coletiva para os servidores públicos, concurso público e a retirada do caráter de urgência do PL 920/2017, que prevê o congelamento dos gastos em São Paulo, com a proibição de investimentos nos serviços públicos

do Estado.

Com isso, Alckmin segue a cartilha neoliberal do golpista Temer que congelou investimentos por 20 anos! Quem sofre é a população com menos escolas e mais alunos, os hospitais com menos médicos e mais doentes, e por aí vai.

Um grande ato em defesa do funcionalismo público será realizado no próximo dia 27, a partir das 16h, em frente ao escritório da presidência da República, na Avenida Paulista. Será fundamental a mobilização de todos. Juntos na luta!



Depois de negociações, seguro de vida está concluído com sucesso!

No dia 27 de setembro o Sintaema participou com o CRF e representantes da CETESB da 2ª Sessão de Abertura dos Envelopes com o resultado final da classificação das propostas para contratação do Seguro de Vida em Grupo dos companheiros e companheiras da empresa.



Depois de negociações e análises, a proposta vencedora foi a da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, que já era a empresa da apólice atual. A negociação foi bastante produtiva e com uma importante conquista: a redução da taxa de seguro atualmente praticada, que é de 0,3958% (por mil), e agora será de 0,0379%.

Vale ressaltar que quem tiver interesse de participar deste grupo deve solicitar sua inclusão.

O Sintaema interagiu nas negociações e acompanhou todo o trâmite para que o resultado fosse o mais satisfatório possível para os trabalhadores.

Programa de Movimentação

O sindicato também está participando das reuniões sobre a questão da movimentação dos trabalhadores, como a do dia 17 de outubro, quando a CETESB apresentou o programa aos sindicatos e ao CRF com objetivo de informar como será sua implantação durante o período de 1 ano, com possíveis prorrogações.

O programa de movimentação dos funcionários foi idealizado há alguns anos e teve a contribuição dos sindicatos e do CRF à época.



**ATENÇÃO!
ELEIÇÃO PARA
DELEGADO SINDICAL
DIAS 24 E 25 DE OUTUBRO.
PARTICIPE!**

**Confira quem são
os candidatos e eleja seu
representante na base:**

Capital:

Antonia Venâncio/ Nilton Nudelman/ Maristela Musco de Caires/Jussara Ap. dos Santos/Selma Regina Pinto/ Alexandre Gama Scioli/ Rogério Mendes/ Paulo Rodrigues Lima/ Vanderlei Aparecido Queiroz/ José dos Santos Clemente/ Alexandre Nery Gerene Ferreira.

Interior:

Valdevino de Castro/ Otacilio Cristovam da S. Junior

Juntos na luta!

Medida do governo Temer coloca em risco combate ao trabalho escravo

Portaria publicada pelo Ministério do Trabalho muda o conceito de escravidão contemporânea. Procuradores, juizes, auditores e organizações criticam a medida

“Um retrocesso de 20 anos”, “pá de cal” e “maracutaia”. Essas são algumas das formas que entidades ligadas à erradicação da escravidão contemporânea no país descrevem a nova portaria do Ministério do Trabalho sobre o combate a esse crime. Publicada no Diário Oficial da União, na segunda-feira 16, o documento assinado pelo ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira reduz as situações que caracterizam o crime e dificulta a sua fiscalização.

A portaria sujeita a concessão de seguro-desemprego aos trabalhadores resgatados, que vem sendo pago desde 2003, e mesmo a validade da fiscalização a um novo conceito de trabalho escravo. Entre as novidades, está a necessidade de impedimento do direito de ir e vir para a caracterização do crime, tornando irrelevante as condições de trabalho às quais uma pessoa está submetida.

A Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), que coordena a atividade dos auditores fiscais, circulou um memorando interno afirmando que não foi consultada na elaboração da portaria. “A SIT orienta seus auditores a manter, por ora, as práticas conduzidas pelos normativos que até então regularam a fiscalização para a erradicação do trabalho em condições análogas à de escravo”, diz o texto assinado pelo secretário de inspeção do trabalho substituto, João Paulo Ferreira Machado.

Outras entidades também afirmaram terem sido surpreendidas. “A portaria acaba com o conceito de trabalho escravo contemporâneo, reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho como um avanço por reconhecer a moderna escravidão”, diz Antônio Carlos de Mello, coordenador do programa de combate ao trabalho forçado da Organização Internacional do Trabalho no Brasil.

As fontes ouvidas pela reportagem atribuem a publicação da portaria à pressão histórica de entidades ligadas ao agronegócio, ao setor têxtil e à construção civil. O fato de a medida ter sido tomada sem

uma discussão prévia também tem sido duramente criticado.

“Eles tentaram fazer isso através de lei no Congresso Nacional e não conseguiram, porque a sociedade não permitiu. Agora, estão tentando isso por outras formas,” diz a procuradora da República Ana Carolina Roman.

Segundo ela, o Ministério Público estuda a possibilidade de entrar na Justiça contra a portaria, mesma possibilidade levantada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). “A portaria invade áreas que não são de competência do ministério. As ‘inovações’ são altamente questionáveis”, diz Guilherme Feliciano, presidente da associação.

Caio Magri, diretor executivo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, também critica a falta de discussão. “Não se altera um artigo do Código Penal através de uma maracutaia”, diz Magri, referindo-se ao conceito de trabalho escravo previsto no artigo 149 do código.

Já o deputado estadual Carlos Bezerra Jr. (PSDB-SP), autor da lei paulista de combate à escravidão, aponta que a portaria “é uma gravíssima violação democrática e a expressão clara do espírito autoritário e descompromissado com o direitos humanos desse governo”.

Publicada nesta segunda, a medida foi decidida na última sexta (13), ou seja, na mesma semana em que o coordenador nacional de fiscalização do trabalho escravo, André Roston, foi exonerado pelo ministro. Em reunião com críticos da sua medida na última quarta-feira (11), Nogueira disse que “teria planos mais ousados” e que queria discutir o próprio conceito de trabalho escravo.

Em nota enviada por email à Repórter Brasil, o Ministério do Trabalho afirma que “o combate ao trabalho escravo é uma política pública permanente de Estado e que vem recebendo todo o apoio administrativo desta pasta, com resultados positivos concretos relativamente ao número de resgatados, e na inibição de

práticas delituosas dessa natureza, que ofendem os mais básicos princípios da dignidade da pessoa humana”.

No final da tarde de segunda, após receber duras críticas pelas mudanças, o Ministério do Trabalho atualizou sua nota oficial, acrescentando que, em decorrência da portaria, processos criminais seriam abertos simultaneamente à emissão do auto de infração. Além disso, policiais federais estarão em todas as operações e as multas terão um aumento de até 500%. (Leia a íntegra)

Em nota, a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), também conhecida como bancada ruralista, nega que tenha interferido junto ao Ministério do Trabalho para a publicação da portaria, já que sua atuação se concentra no Congresso. “A portaria vem ao encontro de algumas pautas da FPA e diminui a subjetividade da análise. No entanto, não participamos de nenhuma tratativa com o Poder Executivo sobre o assunto”.

Condições degradantes

A portaria anula “condições degradantes” como um dos quatro elementos que configuram trabalho análogo ao de escravo ao afirmar que essa situação só existe com cerceamento da liberdade.

“Com a nova portaria, só podemos considerar trabalho em condições degradantes se houver restrição de liberdade, com pessoas armadas ou isolamento geográfico que impeçam o trabalhador de ir e vir,” diz Antonio Mello.

De acordo com o representante da OIT, empregadores que deixavam de fornecer água potável, alimentação e descanso adequado antes podiam ser acusados de submeter pessoas a condição degradante. Isso era suficiente para caracterizar trabalho escravo. Mas, com a nova regra, essa configuração fica mais difícil.

“A portaria traz a ideia reducionista que escravo é a pessoa amarrada sem possibilidade de fugir. Essa é a ideia falsa utilizada no imaginário para tentar convencer que a legislação atual é exagerada,”

diz Xavier Plassat, coordenador da Campanha contra o Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra.

Para Rafael Garcia Rodrigues, procurador do trabalho e ex-coordenador nacional de erradicação ao trabalho escravo do Ministério Público do Trabalho, o objetivo dessa medida também é aniquilar o conceito de servidão por dívida, um dos que podem caracterizar o crime. “Só seria escravidão análoga se também tiver exceção no direito de ir e vir por pessoas armadas. É um retrocesso inacreditável.”

A portaria também estabelece que escravo só será aquele trabalho sem consentimento por parte do trabalhador.

“Vincular o trabalho escravo ao consentimento do trabalhador é um retrocesso de no mínimo 50 anos,” diz Magno Riga, auditor fiscal do trabalho e membro do grupo especial de fiscalização móvel, responsável por checar denúncias e resgatar trabalhadores.

Para o auditor, o fato de um trabalhador ter aceitado trabalhar em um determinado local não significa que ele acatou previamente as condições de trabalho em que ele se encontra. Dessa forma, a ação estatal para retirá-lo daquele trabalho é necessária porque é pouco provável que ela saia da situação por si mesmo.

Assim, a medida restringe o próprio conceito de trabalho forçado, outro elemento que caracteriza o crime.

Lista suja

Outro ponto criticado na portaria é a necessidade de que veiculação do cadastro de empregadores flagrados por esse crime, a chamada “lista suja” do trabalho escravo, seja autorizada pelo próprio ministro.

Hoje, a inclusão de empresas e pessoas na lista suja não depende de seu aval e é responsabilidade da área técnica do Ministério do Trabalho. “Transformar uma decisão técnica em política é escancarar que o governo vai retirar quem interessar da lista. É um absurdo. É inadmissível”, diz Caio Magri, do Instituto Ethos.

A “lista suja” tem sido usada pela iniciativa privada para gerenciamento de risco, tanto para balizar negócios, quando guiar investimentos e conceder empréstimos. Para Magri, a mudança inviabiliza a sua utilização: “Quem vai confiar nessa lista? Os investidores vão ficar seguros de que está na lista quem deveria estar? Isso vai acabar com a credibilidade do instrumento mais importante no combate ao trabalho escravo no Brasil”.

Para o deputado Bezerra, o novo critério é completamente político. “Aos amigos tudo e aos inimigos a lei. A depender dos amigos desse governo, o critério será de proteção e impunidade para quem pratica esse crime,” diz o parlamentar.

Em sua nota, o ministério não comentou a possibilidade de ingerência política. A pasta afirma que a lista “é um valioso instrumento de coerção estatal, e deve coexistir com os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.”

A portaria também estabelece a obrigatoriedade de um boletim de ocorrência para validar a fiscalização que resultou no resgate de trabalhadores e, portanto, incluir, posteriormente, o nome de um empregador na “lista suja”. Com a medida, haverá a necessidade de que, além do auditor fiscal do trabalho, um policial valide a operação.

“Trazer essa responsabilidade para um policial militar é absurdo,” diz Magri. “Só se for para darem voz de prisão flagrante ao infrator, mas isso não vai acontecer. O policial estará lá para protelar o processo, para retirar a caracterização objetiva do crime.”

Para o representante da OIT no Brasil, essa mudança mina o trabalho de fiscalização e repressão porque presume que o fiscal não está falando a verdade. “O reconhecimento não é mais da fiscalização do trabalho, mas da polícia”, conclui.

Fonte: Repórter Brasil

Por Piero Locatelli e
Thais Lazzeri



Tuc Tuc's: empresa voltará a pagar o adicional

Conforme informamos anteriormente, no dia 25 de setembro o Sintaema reuniu-se com o superintendente de Itapetininga, Ivan Sobral, para tratar do problema gerado a um grupo de trabalhadores pela introdução de triciclos motorizados em substituição às motocicletas hoje utilizadas no setor operacional.



O Sintaema havia cobrado a imediata suspensão do uso dos "tuc tuc's" por entender que se a empresa realmente estivesse preocupada com a segurança dos trabalhadores deveria substituir as motos por veículos de quatro rodas.

Além disso, a Sabesp havia suspenso o pagamento do adicional de periculosidade, e que aguardava um parecer do Ministério Público do Trabalho sobre o assunto.

Porém, o Sintaema, por entender que a integridade física dos trabalhadores está em risco, pediu a imediata suspensão da utilização do equipamento e se reuniu com o auditor fiscal

do Ministério do Trabalho no início de outubro.

O auditor afirmou que, como ainda não há o parecer sobre a periculosidade para condutores desse triciclo a Sabesp não poderia interromper o pagamento do adicional.

Frente a esta posição do auditor, a Sabesp, que já está ciente dos fatos, voltará a pagar o adicional, inclusive podendo sofrer sanções se não o fizer. Uma vitória dos trabalhadores!

O Sintaema continuará acompanhado o trâmite para saber do parecer sobre a segurança dos triciclos. Juntos na luta!

Sintaema em ação

O Sintaema participou em setembro da reunião do Sub-Comitê de Bacias Pinheiros/Pirapora, do qual tem assentos como titular e suplente, na região Oeste da capital.

Na ocasião foi debatido o problema da poluição da Bacia do Rio Cotia, e o Sintaema, como sempre, contribuiu com importantes intervenções na reunião.

Estamos juntos!



Colônia de Férias

Sintaema agradece a Prefeitura de Nazaré

O Sintaema, por meio do Departamento de Esporte, Cultura, e Lazer se reuniu com o prefeito de Nazaré Paulista, Cândido Murilo Pinheiro Ramos, no dia 14 de setembro para agradecer a parceria da prefeitura que sempre auxilia o sindicato nas reivindicações junto à Colônia de Férias com melhorias na rua de acesso à Colônia.

Na ocasião, o prefeito cedeu o trator para assentar a rua de terra e assim facilitar o acesso de carros até a Colônia. Estamos juntos na luta!



Apresentação de novo convênio na Divisão São Manuel



No dia 27 de setembro o Sintaema, por meio de seu delegado sindical, acompanhou a visita de representantes da Sabesp na Sede de Divisão da Sabesp de São Manuel para uma reunião com os companheiros e companheiras das Unidades de Águas de São Pedro, Charqueada e Santa Maria da Serra.

Na reunião foram tratados assuntos importantes para os trabalhadores, como o novo convênio entre a Sabesp e a Rede São Francisco, que substituiu a Rede Ampla.

Outros pontos foram elucidados e reivindicações colocadas na reunião para que o atendimento naquela região fique enfim regularizado, já que apresentava problemas. Estamos juntos!

Mulheres Reflexão sobre a situação das mulheres no trabalho



Para falar da situação das mulheres no mercado de trabalho o Departamento de Mulheres do Sintaema realizou no dia 29 de setembro um chá da tarde em sua Sede e trouxe a socióloga e historiadora Marcia Regina Viotto, da Secretaria da Mulher da CTB.

A representante da CTB explicou o quanto as mulheres são as mais afetadas com o desemprego, principalmente as mulheres negras, e a luta árdua que afeta as trabalhadoras com a tripla jornada de trabalho, uma vez que muitas, ao chegarem do serviço, ainda precisam cuidar dos filhos e da casa. A palestra foi bastante elucidativa, trazendo dados importantes sobre as mulheres brasileiras, que representam 52% da população e 44% da população economicamente ativa, entre outros.

Parabéns ao Departamento de Mulheres pela iniciativa. Juntas na luta!

Mulheres pela Aposentadoria!



O Departamento de Mulheres do Sintaema esteve presente no Ato das Mulheres em Defesa da Aposentadoria no dia 26 de setembro, em frente ao INSS. Mulheres juntas na luta!

Sorteio para o natal e ano novo:

Dia 28 de outubro/2017, a partir das 9:30h na sede do Sintaema. As regras para participar do sorteio estão em nossa página da internet: www.sintaemasp.org.br

Favor chegar com 30 minutos de antecedência para pegar a senha.

Valor das diárias:

Casa pequena para 8 pessoas - r\$120,00
Casa grande para 12 pessoas - r\$140,00

Trabalhadores da BRK do Interior estão juntos na luta!



O Sintaema deu início em setembro à campanha salarial dos companheiros e companheiras da BRK Ambiental do Interior e realizou assembleias de montagem e aprovação da pauta de reivindicações em Limeira, Rio Claro, Porto Ferreira e Santa Gertrudes.



Entre as reivindicações estão o aumento real, estabilidade no emprego e a campanha acirrada “Equipara ou Aqui Para” pela equiparação nos salários, um pleito que já é realidade para os trabalhadores da BRK de Mauá e agora o Sintaema luta para que seja também dos companheiros do Interior.



Reunião dia 26 de outubro

As negociações já estão em trâmite e a empresa apresentou proposta de 3% de reajuste salarial, porém o sindicato não aceitou e uma nova rodada de negociação está prevista para o dia 26 de outubro. Estamos juntos!

Eleições da comissão sindical da BRK ambiental

O Sintaema esteve na BRK Ambiental de Mauá no dia 26 de setembro para a realização de eleições para a nova comissão sindical.

Desde já o sindicato parabeniza os participantes desse pleito, uma vez que a comissão é um importante instrumento democrático na representação dos trabalhadores na empresa.

Juntos na luta!



Empresas Privadas

Águas do Mirante



Os trabalhadores da “Águas do Mirante” de Piracicaba reunidos em assembleia no dia 29 de setembro no Operacional Unileste aprovaram por ampla maioria a proposta de reajuste salarial retroativa à data-base (agosto).

O reajuste foi pelo INPC, exten-

sivo aos benefícios de refeição/alimentação, manutenção de todas as cláusulas sociais atuais e mudança da data-base para abril, com pagamento proporcional de 8/12 avos da inflação medida de agosto de 2017 a abril de 2018.

No ensejo, o Sintaema aprovei-

tou para informar sobre as profundas mudanças que virão com a reforma trabalhista e a importância de os trabalhadores fazerem parte do sindicato para fortalecer a luta e fazer uma campanha de associação.

Os ataques virão, mas estamos juntos na luta!

Fundação Florestal

Pelo reconhecimento da profissão de guarda-parque



Em reunião com o deputado federal do PCdoB, Orlando Silva, o Sintaema entregou o projeto de lei do deputado federal Marco Maia (PT), que regulariza a profissão de guarda-parque. O projeto trata do adicional de periculosidade, plano de carreira e ampara os trabalhadores na questão dos Epi's e Epc's.

Outro ponto do projeto trata sobre o polêmico tema de o guarda-parque trabalhar armado. O Sintaema, que luta para que esses trabalhadores sejam reconhecidos, quer a regularização da função do guarda-parque para que eles tenham mais garantias. O deputado assumiu o compromisso e será o relator do projeto na Comissão do Trabalho, da qual ele é presidente. Todos juntos na luta em defesa dos trabalhadores!

O SILÊNCIO ENSURDECEDOR DA MÍDIA COM RELAÇÃO AO ATENTADO NA SOMÁLIA

